

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi o segundo consecutivo de recuperação da economia brasileira e do nosso principal mercado de atuação, o mercado de veículos novos. As poucas reformas realizadas nos últimos dois anos já foram capazes de reartar, mesmo que parte, da confiança dos empresários e dos consumidores. No entanto, ainda faltam reformas que permitirão a melhoria da situação fiscal do país e consequentemente uma redução do desemprego de forma sustentável e com manutenção dos padrões de juros e inflação atuais.

Em 2018, tivemos a oportunidade de observar o mercado de veículos novos domésticos se recuperar 25% vs 2016, o pior ano da crise recente. Esse crescimento é acompanhado por um cenário de crédito favorável, cujas taxas de inadimplência e de juros estão em patamares recordes de baixa, sendo que as concessões de financiamento se encontram em crescimento e sem incentivos fiscais direcionados como havia no passado. Acreditamos que, apesar do ainda alto desemprego, teremos boas perspectivas de retomada das vendas de veículos novos em razão também do aumento da idade média da frota brasileira nesses anos recentes. Com relação ao fraco desempenho das exportações por conta da crise na Argentina,

destacamos que esse tipo de operação corresponde a uma parcela muito pequena da nossa receita.

A Tegma por sua vez, finalmente, pôde colhar os frutos dos esforços empreendidos ao longo dos anos difíceis, cuja rotina de controle de custos e despesas se tornou imperiosa para a maior parte das empresas brasileiras, para não se falar da necessidade da reavaliação de negócios deficitários. Por conta dessas medidas, em 2018 atingimos novamente a marca de R\$ 200 milhões de EBITDA ajustado (mesmo patamar de 2013/2012) e R\$ 108 milhões de lucro líquido (nível recorde), apesar de uma receita ainda 20% inferior àquelas anos. Esse resultado, e o melhor cenário econômico, nos permitiu também retornar gradativamente nossa distribuição de dividendos e IPC nos últimos anos, sem comprometer nosso avançadíssimo nível de capacidade de investir na melhoria da produtividade das nossas operações.

A inovação, que sempre esteve em nosso DNA, se materializou em uma fonte de conhecimento e de novas ideias para nós e para nossos clientes por meio da TeGUP, nossa aceleradora de start-up. Em 2018 fizemos nosso primeiro investimento na empresa Frete Rápido, uma marketplace de fretes para e-commerce, que conecta embarcadores e transportadores para

otimizar a escolha do prestador de serviço. Além disso, a segunda rodada de seleção permitiu que no Demoday 14 start-ups interagissem com clientes da Tegma de forma agregadora para todos. Estamos atentos às transformações no mundo da logística por meio da TeGUP e da Tegma.

Nossas atenções também estão voltadas para as dinâmicas de crescimento das vendas diretas de veículos zero quilômetro no país, especialmente às locadoras, que representaram 19% do licenciamento de veículos em 2018 (de acordo com a ABIA - Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis) e devem apresentar uma representatividade ainda maior em 2019. Acreditamos que a tendência de compartilhamento de veículos e o uso de aplicativos de locomoção sejam tendências irreversíveis e estamos prontos para oferecer o serviço de qualidade que já prestamos para as montadoras, para locadoras e grandes frotistas.

Estamos atentos às oportunidades e transformações que o mundo digital pode trazer à logística de um modo geral e acreditamos estar em posição privilegiada para capturá-las.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.713	46.534	83.542
Contas a receber de clientes	6	195.543	146.052	226.227
Estoque (almoxarifado)	-	-	173	227
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.342	5.208
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.477	36.234	12.007
Demais contas a receber	7	5.329	3.608	6.775
Partes relacionadas	24	4.182	589	4.126
Dividendos a receber	24	-	6.035	-
Despesas antecipadas	-	828	480	1.319
Total do ativo circulante		292.072	239.532	337.511
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.153	5.908	9.417
Demais contas a receber	7	465	-	6.670
Partes relacionadas	24	15.626	-	15.626
Instrumentos financeiros derivativos	4h	1.614	-	1.614
Aivo fiscal diferido	15	-	-	36.560
Depósitos judiciais	14	8.702	8.703	11.907
Total do realizável a longo prazo		32.560	14.611	61.358
Investimentos	9	197.728	280.843	19.251
Imobilizado	10	99.309	109.607	202.166
Intangível	11	185.022	164.027	189.147
Total do ativo não circulante		494.619	569.088	471.922
Total do ativo		786.691	808.620	809.433

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	12	6.703	151	6.703
Debêntures	12	48.073	71.441	48.073
Fornecedores	2	2.534	3.744	5.165
Fretes a pagar	30	20.240	25.662	31.733
Tributos a recolher	12	12.945	12.611	15.095
Parcelamento de tributos	-	-	5.307	-
Salários e encargos sociais	13	21.240	20.277	24.261
Demais contas a pagar	16	21.994	20.320	30.863
Partes relacionadas	24	7.869	1.297	2.311
Imposto de renda e contribuição social	6	6.327	11.635	6.438
Dividendos a pagar	-	-	3.128	-
Total do passivo circulante		157.925	175.573	170.642
Empréstimos e financiamentos	12	55.414	50.000	55.414
Debêntures	12	50.010	96.686	50.010
Partes relacionadas	24	1.958	-	1.958
Passivo fiscal diferido	15	2.533	6.629	2.533
Provisões para demandas judiciais	14	34.419	30.926	44.444
Total do passivo não circulante		144.394	184.241	154.419
Capital social	14	144.669	144.669	144.669
Reservas de capital	17	174.055	174.055	174.055
Reservas de lucros	13	138.195	94.896	138.195
Ações em tesouraria	(342)	(342)	(342)	(342)
Ajuste de avaliação patrimonial	(311)	(311)	(311)	(311)
Dividendos adicionais propostos	28	28.306	35.728	28.306
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		484.372	448.806	484.372
Total do passivo e patrimônio líquido		786.691	808.620	809.433

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2017	144.469	174.055	27.213	25.169	4.716	(342)	(203)	103.763	375.077
Lucro líquido do exercício	-	-	-	102.082	-	-	-	103.763	103.763
Varição cambial de investida localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	203	-	203
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	(61.249)	-	-	-	(30.237)
Constituição de reserva legal	-	-	1.681	-	-	-	-	-	1.681
Dividendos e juros sobre capital próprios	-	-	-	-	31.012	(342)	-	-	30.670
Saldos em 31 de dezembro de 2017	144.469	174.055	28.894	66.002	35.728	(342)	-	108.249	448.806
Saldos em 01 de janeiro de 2018	144.469	174.055	28.894	66.002	35.728	(342)	-	108.249	448.806
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	-	-	-	-	-	-	(311)	-	(311)
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	108.249	-	-	-	(108.249)	-
Dividendos e juros sobre capital próprios	-	-	-	(64.950)	(7.422)	-	-	-	(72.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.469	174.055	28.894	109.301	28.306	(342)	(311)	-	484.372

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletroeletrônicos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGM3A3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (i)	15.396.481	24%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas controladores (pessoa física)	509.774	0%
Administradores	1	0%
Tesouraria	65.143	1%
Controladores, administradores e tesouraria	33.996.137	53%
Ações em circulação	32.006.778	47%
Total de Ações	66.002.915	100%

(i) Em 12 de janeiro de 2018 a Sinimipi Participações Societárias e Empreendimentos S.A. transferiu a totalidade de suas ações Tegma, sendo 77% para Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. e 23% para Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada. Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

Transporte rodoviário: transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias, gestão de estoques e de peças de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda. Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

Transporte rodoviário - milk run (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); **full truck load** (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão); transferência de graneis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes ou fornecedores.

Armazenagem geral e alfandegada - englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de graneis químicos e líquidos e armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros.

Gestão logística - envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gestão de pátios de veículos, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

2. Relação de entidades controladas: O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	(%) 2018	(%) 2017	Relacionamento
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística Integrada S.A. ("TLI") (i)	-	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA") (ii)	100,00	100,00	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. ("TLV")	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. ("Niyati")	100,00	100,00	Controlada
TegUP Inovação e Tecnologia Ltda. ("TegUP") (iii)	100,00	-	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. ("Catlog")	49,00	-	Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") (iv)	50,00	-	Empreendimento controlado em conjunto

(i) Reestruturação societária: Em 31 de agosto de 2017, a Controlada Tegma Logística Integrada S.A. realizou um aumento de capital social na Tegma Logística de Armazéns Ltda., mediante a conferência de parte dos acervos líquidos de sua titularidade. O aporte de capital foi de R\$ 20.639 mediante a emissão de 20.639 novas quotas com o valor nominal de R\$1,00 cada. Diante disso, as atividades desenvolvidas em São Paulo e no Rio de Janeiro foram transferidas para Tegma Logística de Armazéns Ltda., já as operações de Cariacica - ES permaneceram na Tegma Logística Integrada S.A. Em 22 de dezembro de 2017, a Tegma Logística Integrada S.A. transferiu as quotas da empresa Tegma Logística de Armazéns Ltda. para sua Controladora, desse modo a TLA passou a ser controlada direta da Tegma Gestão Logística S.A. Em 08 de fevereiro de 2018 a Tegma Logística Integrada S.A. foi objeto do Acordo de Associação entre a Companhia e, a BCD e JR Participações S.A. ("Holding Silotec") para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, pela Tegma Logística Integrada S.A. ("TLI") antiga controlada da Companhia, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais ("Silotec"), subsidiária integral da Holding Silotec. Dessa maneira, a GDL detém 100% das participações acionárias da TLI e da Silotec, e seu capital é igualmente dividido entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a Holding Silotec, tornando-se um empreendimento controlado em conjunto. A Companhia desconsidera a Tegma Logística Integrada S.A. em sua consolidação e passa a registrar os resultados da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) pelo método de equivalência patrimonial a partir de fevereiro de 2018. Seguem saldos de 31 de janeiro de 2018 contribuídos pela Companhia para a formação da *joint venture*.

valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

3.1. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações, salvo itens relacionados ao IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros e IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com clientes, conforme descritos a seguir.

a. Novas normas e interpretações adotadas: A norma apresenta mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de *hedge* (ii) Sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, as seguintes categorias são apresentadas: valor justo por meio do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. Estas devem ser definidas de acordo com a característica e finalidade do instrumento financeiro. (iii) Em relação a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) a norma traz um novo conceito de perda de crédito esperada, em substituição ao modelo de perdas incorridas. (iv) Já para as modificações em *hedge accounting* a norma introduz um novo modelo e um melhor alinhamento com a gestão de risco das empresas, permitindo melhores estratégias para proteção.

A Companhia e suas Controladas não apuraram qualquer impacto sobre os valores contábeis em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na adoção dos requisitos de mensuração do IFRS 9 / CPC 48. Os ativos e passivos classificados como "Empréstimos e recebíveis" foram classificados como "Custo amortizado", conforme demonstrado a seguir:

	Base de Mensuração - IAS 39	Base de Mensuração - IFRS 9
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Emprestimos e recebíveis	Custo amortizado
Demais contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores e fretes a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos a distribuir	Custo amortizado	Custo amortizado

Em razão das perdas com títulos incobráveis não serem relevantes na Companhia e suas Controladas e não constatarem eventuais riscos com nossos clientes, não tiveram impactos significativos decorrentes desse novo critério de provisionamento. No final do exercício de 2017 a Companhia e suas Controladas não possuem qualquer operação com derivativos e nem qualquer estratégia de proteção classificada como *hedge accounting*. Neste sentido não há qualquer impacto decorrente da adoção da IFRS 9 / CPC 48. O instrumento financeiro derivativo contratado em 2018 para proteger a exposição ao risco de variação da moeda estrangeira enquadra-se na categoria de *hedge* de fluxo de caixa e está em conformidade com a política de *hedge* da Companhia, a contabilização segue os critérios estabelecidos pelo IFRS 9 / CPC 48, a variação no valor justo é registrada em outros resultados abrangentes e é apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes

A norma traz o princípio de que a entidade deve reconhecer receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando lou à medida que a entidade atende uma obrigação de desempenho. A Companhia e suas Controladas, como prestadoras de serviços logísticos, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e suas Controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contrato com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas Controladas não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

b. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 16/CPC 6 (R2) - Arrendamento Mercantil: A nova regra requer uma nova avaliação dos arrendamentos substituindo o IAS 17. Um arrendamento é identificado caso exista a transmissão do direito de controlar o uso de determinado ativo por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A partir dessa constatação os arrendatários devem mensurar e registrar o contrato de arrendamento em seu balanço patrimonial, sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. Desse modo, o ativo de direito de uso passa a ser amortizado linearmente seguindo as diretrizes do CPC 27 - Ativo Imobilizado e o passivo de arrendamento acrescido pela despesa de juros e diminuído pelo pagamento das contraprestações. A norma prevê isenções na aplicabilidade para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor envolvidos na operação. Os principais arrendamentos relacionados a nova regra identificados pela Administração, tratam-se de imóveis de terceiros e equipamentos ligados à operação. O impacto estimado em 1º de janeiro de 2019 é de R\$ 49.646 na Controladora e R\$ 75.027 no Consolidado, sem efeitos fiscais. O método adotado será o retrospectivo modificado, assim as demonstrações financeiras de 2018 não serão atualizadas. Os valores mencionados correspondem ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento que serão registrados na Controladora e no Consolidado.

Outras normas: As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas. • IFRIC 23/CPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. • Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no IFRS 9). • Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28). • Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19). • Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017, várias normas. • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida dos serviços prestados	19	1.136.165	943.182	1.253.779
Custo dos serviços prestados	20	(888.886)	(727.068)	(995.805)
Lucro bruto		247.279	216.114	257.974
Despesas gerais e administrativas	20	(60.837)	(59.733)	(62.500)
Remuneração da administração	20 / 24	(11.510)	(10.443)	(11.510)
Despesas comerciais	20	(503)	(543)	(2.410)
Outras despesas líquidas	21	(25.275)	(31.643)	(28.509)
Resultado operacional		149.154	113.752	153.045
Resultado de equivalência patrimonial		9.408	13.235	371
Receitas financeiras	22	21.271	24.390	24.716
Despesas financeiras	22	(31.084)	(29.347)	(33.936)
Despesas financeiras líquidas		(9.813)	(5.544)	(9.120)
Lucro antes dos impostos		143.749	121.443	144.296
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	15	(39.375)	(28.835)	(42.697)
Diferido	15	3.875	11.155	6.650

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

podem incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de hedge. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros: A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros: A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo de hedge financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de hedge e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuem os mesmos prazos. No início da operação do objeto de hedge e o instrumento financeiro derivativo são documentados conforme a seguir: (a) objetivo e descrição do hedge; (b) a identificação do objeto de hedge e a natureza dos riscos protegidos; (c) identificação do instrumento financeiro; (d) índice de cobertura; (e) demonstração da efetividade prospectiva. Desse modo, são categorizados e registrados segundo os critérios de contabilização de hedge. A Companhia possui uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadra-se na classificação de hedge de fluxo de caixa, desde seu modo valor justo é registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

f. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demonstrações de valor adicionado: A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (VA) em termos do método técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco cambial - Taxa de câmbio: Em agosto de 2018, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131 referenciados em dólares americanos, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Com o objetivo de se proteger contra as flutuações cambiais, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (swap) com o mesmo valor nominal e vencimentos. Esse instrumento financeiro designado como swap de fluxo de caixa, consiste na troca da variação cambial mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, por percentuais relacionados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI mais taxa prefixada 0,89% ao ano. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta a seguinte exposição líquida a variação cambial, denominada em dólares norte-americanos (valores abaixo denominados em reais):

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota explicativa nº 12)	52.102	(52.102)
Instrumentos financeiros derivativos - swap ponta ativa (i)	(52.102)	-
Total	-	-

(i) Não inclui o valor justo do swap.

A Companhia e suas Controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

b. Risco de mercado - Taxa básica de juros: O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Os empréstimos que foram emitidos e referenciados em dólares americanos, mas que foram objeto de contratação de instrumento derivativo visando proteger contra flutuações cambiais, também passaram a estar expostos a taxa de juros locais. O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota explicativa nº 12)	(52.102)	(52.102)	-	-
Empréstimos e financiamentos - moeda local (nota explicativa nº 12)	(10.015)	(10.015)	(50.151)	(54.747)
Instrumentos financeiros derivativos	2.086	2.086	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - valor justo	(472)	(472)	-	-
Debitantes (nota explicativa nº 12)	(99.083)	(99.083)	(168.127)	(168.127)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	74.400	82.206	46.128	148.306
Exposição líquida	(84.186)	(76.380)	(172.150)	(74.568)

c. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceites somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A" na escala Standard & Poor's, ou o equivalente nas demais agências de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluem métodos e premissas descritas na nota explicativa nº 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	75.713	46.534	83.542	148.732
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	195.543	146.052	226.227	171.180
Total	271.256	192.586	309.769	319.912

d. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e consolidada pelo departamento de finanças. Através dessa previsão o departamento de finanças monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia e de suas Controladas, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados. O excesso de caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas. A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros e operações de derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	62.117	66.796	7.410	61.386
Debitantes (nota explicativa nº 12)	98.083	107.237	52.556	28.379
Fornecedores e fretes a pagar	32.774	32.774	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	21.994	21.994	-	-
Instrumento financeiro derivativos	(1.614)	(1.614)	-	(1.614)
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	9.827	9.827	7.869	1.958
Em 31 de dezembro de 2018	223.181	239.014	122.603	90.109

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	62.117	66.796	7.410	61.386
Debitantes (nota explicativa nº 12)	98.083	107.237	52.556	28.379
Fornecedores e fretes a pagar	36.898	36.898	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	30.863	30.863	-	-
Instrumento financeiro derivativos	(1.614)	(1.614)	-	(1.614)
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	4.269	4.269	2.311	1.958
Em 31 de dezembro de 2018	230.616	246.449	130.038	90.109

e. Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas. Considerando que o valor aplicado e todas as dívidas da Companhia (Empréstimos e Financiamentos e Debitantes) estão atreladas ao CDI (6,40% a.a. em dezembro de 2018), esse indicador seria a única variável de risco existente. De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta os impactos no horizonte de um ano considerando a manutenção do CDI. Adicionalmente, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, dois outros cenários são demonstrados II e III respectivamente. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II)	Cenário Remoto (III)	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II)	Cenário Remoto (III)
Aplicações Financeiras	4.738	5.922	7.107	5.235	6.544	7.852
Recargas	4.738	5.922	7.107	5.235	6.544	7.852
NCE Safra	(906)	(1.067)	(1.227)	(906)	(1.067)	(1.227)
4131 Itau	(3.646)	(4.446)	(5.247)	(3.646)	(4.446)	(5.247)
Debitantes I	(3.532)	(4.299)	(5.066)	(3.532)	(4.299)	(5.066)
Debitantes II	(4.213)	(5.016)	(5.818)	(4.213)	(5.016)	(5.818)
Despesa	(12.297)	(14.828)	(17.358)	(12.297)	(14.828)	(17.358)
Efeito líquido no resultado/ Patrimônio Líquido	(7.559)	(8.906)	(10.251)	(7.062)	(8.284)	(9.506)

f. Gestão de capital: A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de "swap". Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - nota explicativa nº 12	62.117	50.151	62.117	54.747
Debitantes - nota explicativa nº 12	98.083	168.127	98.083	168.127
Instrumentos financeiros derivativos	(1.614)	-	(1.614)	-
Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 5	(75.713)	(46.534)	(83.542)	(148.732)
Dívida líquida	82.873	171.744	75.044	74.142
Total do patrimônio líquido	484.372	448.806	484.372	448.806
Total do capital	567.245	620.550	559.416	572.948
Índice de alavancagem financeira	15%	28%	13%	14%

g. Classificação de instrumentos financeiros: O CPC 40 (R1) (IFRS 7) determina que o valor justo e o valor justo como o preço de troca seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para a definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis). A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras - nota explicativa nº 5	74.400	74.400	Nível 2	82.206
Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 5	1.313	1.313	Nível 1	1.336
Instrumento financeiro designado para hedge				
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.614	1.614	Nível 2	1.614
Ativos pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes - nota explicativa nº 6	195.543	195.543	Nível 2	226.227
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	19.808	19.808	Nível 2	19.752
Demais contas a receber (ii) - nota explicativa nº 7	542	542	Nível 2	6.747
Total	293.220	293.220		337.882

Passivos

Passivos pelo custo amortizado
Debitantes - nota explicativa nº 12 98.083 100.159 Nível 2 98.083 100.159 Nível 2
Empréstimos e financiamentos - nota explicativa nº 12 62.117 61.395 Nível 2 62.117 61.395 Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar 32.774 32.774 Nível 2 36.898 36.898 Nível 2
Demais contas a pagar - nota explicativa nº 16 21.994 21.994 Nível 2 30.863 30.863 Nível 2
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24 9.827 9.827 Nível 2 4.269 4.269 Nível 2
224.795 226.149 222.230 223.594

(i) A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição às variações cambiais, decorrentes do contrato de empréstimo modalidade 4131. (ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Em 31 de dezembro de 2017				
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras - nota explicativa nº 5	46.128	46.128	Nível 2	148.306
Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 5	406	406	Nível 1	426
Ativos pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes - nota explicativa nº 6	146.052	146.052	Nível 2	171.180
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	589	589	Nível 2	768
Dividendos a receber - Nota de Explicativa nº 7	6.035	6.035	Nível 2	-
Demais contas a receber (ii) - nota explicativa nº 7	55	55	Nível 2	2.268
Total	199.265	199.265		322.948

Passivos
Passivos pelo custo amortizado
Debitantes - nota explicativa nº 12 168.127 151.730 Nível 2 168.127 151.730 Nível 2
Empréstimos e financiamentos - nota explicativa nº 12 50.151 43.688 Nível 2 54.747 47.291 Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar 29.406 29.406 Nível 2 32.237 32.237 Nível 2
Demais contas a pagar - nota explicativa nº 16 20.320 20.320 Nível 2 26.067 26.067 Nível 2
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24 1.297 1.297 Nível 2 826 826 Nível 2
Dividendos a distribuir 3.128 3.128 Nível 2 3.128 3.128 Nível 2
272.429 249.569 285.132 261.279

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.
h. Hedge accounting
Política contábil: A operação de hedge da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixa referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira (conforme nota explicativa nº 12) uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local. Desse modo, a transação enquadra-se na classificação de hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros. O objetivo do hedge accounting (essim entendido como a política de contabilização de hedge adotado) é da detetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do hedge contratado. O contrato vigente em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nominal	Vencimento	Indexador	Taxa contratada
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	Swap USD X CDI	USD 13.441	08/2020	Variação cambial + 4,89%	CDI + 0,89%

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	Valor principal (nacional)	Valor da curva	Valor justo	Ganho (perda) de ajuste a valor justo
Descrição				
Contrato de swap				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	50.000	52.102	52.320	218
Ponta passiva:				
Posição vendida no CDI	50.000	50.016	50.706	(690)
Total instrumento financeiro líquido				(472)

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi de R\$ 472 e encontra-se registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido). Vale destacar que a operação de hedge atrelada se encontra totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade resolução 4131, não podendo ser desfeito individualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa
Política contábil: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Recursos em banco e em caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	74.400	46.128	82.206	148.306
Total	75.713	46.534	83.542	148.732

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas lastreadas em títulos financeiros com liquidez imediata, com remuneração pactuada entre 96,5% a 100,8% nos prazos estabelecidos (96,5% a 102,5% em dezembro 2017) da variação do Índice de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação	(18.200)	(14.797)	(24.600)	(23.444)
Amortização	(4.148)	(3.681)	(4.630)	(4.700)
Total	(22.348)	(18.478)	(29.230)	(28.144)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados	(19.211)	(15.635)	(25.873)	(24.939)
Despesas gerais e administrativas	(3.137)	(2.843)	(3.357)	(3.205)
Total	(22.348)	(18.478)	(29.230)	(28.144)

11. Intangível
Política contábil
Reconhecimento e Mensuração
Ágio O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor

	2018		2017	
	Adição	Amortização	Outros	2017
Software	9.935	4.105	(3.681)	-
Ágio pago na aquisição de investimentos	-	-	-	-
Nortev	120.877	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	32.791
Total	163.603	4.105	(3.681)	160.027

	2018		2017	
	Adição	Amortização	Outros	2017
Software	12.897	4.371	(4.700)	-
Ágio pago na aquisição de investimentos	-	-	-	-
Nortev	120.877	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	32.791
Tegma Logística Integrada S.A.	2.491	-	-	2.491
Tegma Cargas Especiais Ltda	6.364	-	-	6.364
Catlog Logística de Transportes S.A. (i)	1.365	-	(1.365)	-
PDI Comércio, Indústria e Serviços Ltda.	36	-	-	36
GDL Gestão de Desenvolvimento	-	-	-	-
em Logística Participações S.A. ("GDL") (iii)	-	-	-	-
Total	163.924	4.371	(4.700)	162.559

(i) Por conta da inatividade das atividades na Catlog Logística de Transportes S.A. em 2017 a administração efetuou uma provisão de perda de ágio no montante de R\$ 1.365.
(ii) Inclui as despesas de R\$ 2.527 em 31 de janeiro de 2018 de ágios baixados por conta da reestruturação societária ocorrida na Tegma Logística Integrada S.A., e saldo de R\$ 1.036 de software contribuído para formação de joint venture em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).
(iii) Ágio registrado na aquisição da parte acionária da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) na formação de joint venture, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

Testes por redução ao valor recuperável (impairment)
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de impairment foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2018	2017
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	-
O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as que seguem:	-	-

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 10 anos, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
 - (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 10 anos, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
 - (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
 - (iv) Taxa de desconto aplicada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni);
 - (v) Taxa de desconto aplicada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).
- O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando em cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p., e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p., para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por impairment no ano de 2018. A Companhia revise os testes de ágio anualmente.

12. Empréstimos e financiamentos
Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - moeda local	-	-	-	-
Finame (a.i)	10.015	50.017	10.015	50.017
NCE - Nota de crédito de exportação (a.ii)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	-	-	-	-
Resolução 4131 (a.iii)	52.102	-	52.102	-
Total dos empréstimos e financiamentos	62.117	50.151	62.117	50.017
(-) Circulante	6.703	151	6.703	1.112
Não circulante	55.414	50.000	55.414	53.635
Total de debêntures	98.083	168.127	98.083	168.127
(-) Circulante	48.073	71.441	48.073	71.441
Não circulante	50.010	96.686	50.010	96.686
Empréstimos e financiamentos	160.200	218.278	160.200	222.874
Instrumentos financeiros derivativos - swap (ativo)	(1.614)	-	(1.614)	-
(-) Circulante	-	-	-	-
Não circulante (i)	(1.614)	-	(1.614)	-
Empréstimos e financiamentos líquido de swap	158.586	218.278	158.586	222.874

(i) Inclui valor justo sobre o swap no montante de R\$ 472, conforme nota explicativa nº 4 item h.
a. Empréstimos bancários
(i) Finame: Em março de 2017, a antiga Controlada Tegma Logística Integrada S.A., firmou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 4.474 por meio do agente financeiro Banco Safra S.A., cujos recursos foram utilizados nas aquisições de semireboques e são garantidos pelos próprios bens. A liberação do valor ocorreu durante o exercício de 2017. Por conta de reestruturação citada na nota explicativa 2 item (i) e com a anulação do BNDES, a dívida e os semireboques foram transferidos para a Controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda. no exercício de 2017. Em maio de 2018, o contrato de empréstimo foi quitado antecipadamente.

(ii) NCE - Nota de crédito de exportação: Em junho de 2017, a Companhia, firmou dois contratos de empréstimos na modalidade NCE sem garantias reais. Sendo: Com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal em junho de 2019 e amortização mensal de juros. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2% ao ano (com flat fee de 1,15%, pago na contratação do empréstimo). Em agosto de 2017 esse contrato foi quitado antecipadamente. E outro com o Banco Safra S.A., no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, (junho de 2019, junho de 2019 e junho de 2020), com pagamentos de juros semestrais a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem flat fee). A taxa média de juros é de 9,05% ao ano, passasse contrato, em dezembro de 2018 (9,55% em dezembro de 2017). A Companhia não possui nenhuma cláusula restritiva (covenants) para esses empréstimos.
(iii) Resolução 4131: Em agosto de 2018 a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13.441, equivalente a R\$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Itau BBA Internacional PLC, sem garantias atreladas, com pagamento do principal no final do contrato, agosto de 2020, e juros a serem pagos em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020. Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, swap de fluxo de caixa, com Itau Unibanco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, pela variação do CDI mais 0,89% ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de swap em garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos. Em dezembro de 2018, a taxa média de juros é de 7,29% ao ano. Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA⁽ⁱⁱ⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

b. Debêntures: Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, e da espécie quinquenária. Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa. As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano. O valor nominal das debêntures das duas emissões será amortizado da seguinte forma: Na 1ª emissão, primeira série, em 15 de fevereiro de 2016 foi pago 33,33%, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33%, e 15 de fevereiro de 2018 foi pago 33,34%; já na segunda série, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33%, 15 de fevereiro de 2018 foi pago 33,33% e a próxima data de amortização é 15 de fevereiro de 2019 (33,34%). Na 2ª emissão, para ambas as séries, em 15 de dezembro de 2016 foi pago 33,33%, em 28 de setembro de 2017 foi quitada de forma antecipada a parcela de 33,33%, anteriormente prevista para 15 de dezembro de 2017. Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34% da emissão, foi prorrogado na proporção de 50% para 31 de julho de 2020 e 50% para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017.

Série	Tipo	Encargos financeiros anuais		Preço unitário	Controladora e Consolidado		
		emissão	vencimento		2018	2017	
1ª emissão - 1ª série	Simple	60.000	- 15/02/2013	15,02/2018	DI + 0,84%	20.636	
1ª emissão - 2ª série	Simple	140.000	14.000	15/02/2013	15/02/2019	DI + 0,97%	47.927
2ª emissão - 1ª série	Simple	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	26.750
2ª emissão - 2ª série	Simple	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	23.874
Não circulante	-	-	-	-	-	50.010	
Total	-	-	-	-	-	105.424	

As emissões de debêntures estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ajustado (2) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.
1. LAJIDA - resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.
2. LAJIDA AJUSTADO - significa o LAJIDA conforme definido acima excluindo-se os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa - INCVN/577/2017. As parcelas vencidas do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	2018	2017	2018	2017
13 a 24 meses	80.419	93.343	80.419	94.462
25 a 36 meses	20.415	28.338	25.005	29.457
37 a 48 meses	-	-	-	26.124
49 a 60 meses	-	-	-	278
Total	105.424	146.686	105.424	150.321

Segue a movimentação para os períodos de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.151	54.747	50.151	54.747
Captação	50.000	50.000	50.000	50.000
Juros apropriados	3.888	4.058	3.888	4.058
Pagamento de principal	(40.134)	(44.754)	(40.134)	(44.754)
Juros pagos	(3.927)	(4.073)	(3.927)	(4.073)
Variação Cambial	2.139	2.139	2.139	2.139
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.117	62.117	62.117	62.117
Saldo em 31 de dezembro de 2017	168.127	168.127	168.127	168.127
Juros apropriados	8.279	8.279	8.279	8.279
Pagamento de principal	(66.666)	(66.666)	(66.666)	(66.666)
Juros pagos	(11.657)	(11.657)	(11.657)	(11.657)
Total em 31 de dezembro de 2018	98.083	98.083	98.083	98.083
Saldo em 31 de dezembro de 2017	160.200	160.200	160.200	160.200
Captação	1.182	1.182	1.182	1.182
Juros apropriados	50.000	54.474	50.000	54.474
Pagamento de principal	(2.557)	(2.914)	(2.557)	(2.914)
Juros pagos	(1.047)	(1.047)	(1.047)	(1.047)
Total em 31 de dezembro de 2017	50.151	54.747	50.151	54.747
Saldo em 31 de dezembro de 2016	290.395	290.395	290.395	290.395
Juros apropriados	23.739	23.739	23.739	23.739
Pagamento de principal	(116.655)	(116.655)	(116.655)	(116.655)
Juros pagos	(29.412)	(29.412)	(29.412)	(29.412)
Total em 31 de dezembro de 2017	168.127	168.127	168.127	168.127
Total	218.278	222.874	218.278	222.874

13. Salários e encargos sociais
Política contábil
(i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo possua uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.
(ii) Benefícios pós-emprego: A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais. Seguindo laudo elaborado por um atuariário independente não existe qualquer risco atuarial para a Companhia e suas Controladas. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Férias a pagar	10.138	9.632	12.004	12.220
INSS	2.224	2.020	2.695	2.645
Gratificações e participação nos lucros a pagar	7.402	7.014	7.888	7.783
FGTS	645	598	765	780
Outras	831	1.013	909	1.216
Total	21.240	20.277	24.261	24.644

justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas ("impairment") e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de impairment, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software
As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação	(18.200)	(14.797)	(24.600)	(23.444)
Amortização	(4.148)	(3.681)	(4.630)	(4.700)
Total	(22.348)	(18.478)	(29.230)	(28.144)

(i) Por conta da inatividade das atividades na Catlog Logística de Transportes S.A. em 2017 a administração efetuou uma provisão de perda de ágio no montante de R\$ 1.365.
(ii) Inclui as despesas de R\$ 2.527 em 31 de janeiro de 2018 de ágios baixados por conta da reestruturação societária ocorrida na Tegma Logística Integrada S.A., e saldo de R\$ 1.036 de software contribuído para formação de joint venture em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).
(iii) Ágio registrado na aquisição da parte acionária da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) na formação de joint venture, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

14. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais
Política contábil: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento nas evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento nas evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento nas evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços de fretes - agregados	(773.095)	(646.383)	(803.079)	(674.042)
Salários	(68.826)	(61.403)	(90.923)	(77.868)
Encargos sociais	(37.869)	(32.036)	(45.319)	(41.406)
Serviços terceirizados	(36.106)	(34.579)	(42.165)	(44.079)
Aluguéis e leasing	(23.330)	(21.533)	(38.472)	(41.103)
Depreciação e amortização	(22.348)	(18.478)	(29.290)	(28.144)
Benefícios a empregados	(20.296)	(17.215)	(25.660)	(25.087)
Custos variáveis	(12.793)	(11.010)	(28.695)	(25.326)
Outros gastos gerais	(8.450)	(8.546)	(11.989)	(15.460)
Manutenção	(12.874)	(8.725)	(17.745)	(15.496)
Combustíveis e lubrificantes	(8.555)	(7.631)	(9.375)	(8.774)
Utilidades	(3.476)	(3.107)	(5.411)	(6.164)
Comunicação	(2.402)	(2.438)	(2.919)	(3.190)
Outros gastos com pessoal	(3.642)	(5.019)	(5.208)	(6.252)
Custos rescisórios	(2.418)	(3.189)	(2.889)	(4.029)
Materiais	(2.007)	(1.993)	(3.389)	(4.050)
Despesa de viagem	(1.864)	(1.889)	(1.867)	(1.962)
Indenização de extrativo	(643)	(596)	(801)	(815)
Contribuições e doações	(861)	(581)	(964)	(598)
Multas contratuais	(476)	-	(476)	(5)
Provisão para perda de valores com vendas de controladas (i)	-	-	(1.907)	(11.484)
Crédito PIS/COFINS	80.595	88.564	86.218	98.999
Total	(961.736)	(797.787)	(1.012.225)	(936.315)

(i) Em 2018, provisão para perda de valores oriundos de contas a receber de Controlada, por conta de sucumbência no valor total de R\$ 2.859, vide nota explicativa nº 21 item (v).

21. Outras despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recuperação de despesas (i)	786	1.301	3.063	3.733
Ajustes de estoques	-	-	(75)	(34)
(Perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(366)	(855)	(1.226)	(814)
Perdas com créditos incobráveis	32	23	(1.096)	(93)
Perda alienação de investimento	-	(223)	-	(223)
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(24.546)	(31.208)	(32.483)	(38.440)
Perda na baixa de ativo (ii)	(2.527)	-	(2.527)	-
Valor justo na transferência de investimento (iii)	1.842	-	1.842	-
Provisão para perda de investimentos	-	(1.365)	-	(1.365)
Outras (iv)	(496)	684	3.993	(952)
Total	(25.275)	(31.643)	(28.509)	(38.188)

(i) Referem-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.

(ii) Saldos de ágios registrados na aquisição da antiga controlada Tegma Gestão Logística S.A., que foram baixados devido a formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

(iii) Montante referente a avaliação efetuada por consultores independentes sobre o valor justo dos ativos da Tegma Gestão Logística S.A., que foi objeção para formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

(iv) Inclui o reconhecimento de provisão para ressarcimento de contingências civis cobertos pela apólice de seguro no montante de R\$ 5.970. Adicionalmente constituímos a provisão de demanda judicial no mesmo montante na rubrica "Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas". Desse modo, não há efeito no resultado do período.

(v) Inclui despesa no montante de R\$ 952 referente a sucumbência ligada a provisão para perda de valores com venda de Controlada (sucumbência total R\$ 2.859).

22. (Despesas) receitas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Resultado positivo de operação de swap	8.339	-	8.339	-
Receita de aplicação financeira	4.511	6.581	7.584	15.707
Ganhos cambiais	6.680	98	6.680	315
Juros ativos	1.741	13.796	2.113	20.669
Reversão juros parcelamento (REFIS)	-	3.905	-	3.905
Total	21.271	24.380	24.716	40.596
Despesa financeira				
Juros sobre financiamentos bancários	(12.167)	(26.356)	(12.337)	(26.713)
Perdas cambiais	(8.775)	(147)	(8.779)	(147)
Resultado negativo de operação de swap	(6.638)	-	(6.638)	-
Despesas bancárias	(1.730)	(1.566)	(1.758)	(1.622)
Juros passivos (i)	(567)	(589)	(2.906)	(955)
Juros parcelamento (REFIS)	-	-	-	(186)
Outras despesas financeiras	(1.217)	(1.266)	(1.418)	(2.189)
Total	(31.084)	(29.924)	(33.836)	(31.812)
Resultado financeiro líquido	(9.813)	(5.544)	(9.120)	8.784

(i) Inclui montante de R\$ 2.074 referente a multa e juros sobre denúncia espontânea sobre o reconhecimento do ICMS (Impostos sobre circulação de mercadorias) conforme citado na nota explicativa nº 19.

23. Resultado por ação

a. Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período:

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	108.249	103.763
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.938	65.938
Lucro básico por ação R\$	1,64	1,57

b. Lucro básico diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é igual ao lucro básico por ação, de R\$1,64 e R\$1,57, respectivamente.

24. Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais. As principais transações com partes relacionadas são:

(i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda ("Mopia");

(ii) A Companhia mantém com a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. ("Sinimbu") empresa relacionada a acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta às sociedades do grupo de controle da Companhia, Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia") e Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. ("Cabana"), contrato de locação de imóvel comercial localizados em São José dos Campos-SP;

(iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS;

(iv) A Companhia efetua serviços de transportes para Cisa Trading S.A., empresa relacionada de forma direta e/ou indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. ("Coimex"). Já a antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A., mantém contrato de prestação de serviços de armazenagem, movimentação, logística e transporte;

(v) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. (RS311). Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (RS3.016). Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram revertidos à Tegma Logística de Veículos Ltda. no montante de R\$ 2.985. Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos, a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. (RS4.086).

(vi) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. (RS8.819). No exercício de 2017 o mesmo foi liquidado.

(vii) Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. R\$8.979. Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram integralmente revertidos à Tegma Cargas Especiais Ltda. Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. (RS501).

(viii) Referente a distribuição de dividendos da Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. quitado em 2018, conforme citado na nota explicativa nº 9.

(ix) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação da *joint venture*, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados a Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A.

(x) A antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A., durante o período em que se manteve sob o controle direto da Companhia, mantinha contrato de aluguel de imóvel localizado em Cariacica-ES com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. - "Coimex" (locadora e acionista controladora da Companhia), no qual a Companhia comparecia como fiadora. O encerramento desse contrato, quando da formação da *joint venture*, resultou na indenização pela Companhia à locadora, em setembro de 2018, do montante de R\$ 1.600 para obras de readequação do imóvel à sua condição original. A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada a acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia"), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	565	294	565	294
Cisa Trading S.A. (iv)	1	233	1	440
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
Cia. de Transportes e Armazéns Gerais	-	-	49	-
Tegma Logística Integrada S.A.	2.648	35	3.477	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	9	9	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	7	18	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	952	-	-	-
Total	4.182	589	4.126	768
Dividendos a receber	-	6.035	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (viii)	-	-	-	-
Total Circulante	4.182	6.624	4.126	768
Ativo não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (ix)	15.626	-	15.626	-
Total do ativo	19.808	6.624	19.752	768
Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	77	49	-	-
Tegma Logística Integrada S.A. (iv)	1.064	1	1.865	-
Tegma Logística de Veículos Ltda (v)	5.461	342	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda (vi)	508	-	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	313	310	-	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	231
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	360	360	360	360
Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	86	235	86	235
Total Circulante	7.869	1.297	2.311	826
Passivo não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (ix)	1.958	-	1.958	-
Total do passivo	9.827	1.297	4.269	826

Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	2.231	1.804	2.231	1.804
Cisa Trading S.A. (iv)	973	3.345	1.925	12.267
Tegma Logística Integrada S/A	2	215	-	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	134	111	134	111
Cisa Trading S.A. (iv)	-	-	-	139
Tegma Logística Integrada S/A	369	501	631	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	91	133	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	109	11	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	1	1	-	-
Total	3.910	6.121	4.921	14.321

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	(3.426)	(3.421)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A (x)	(1.709)	(347)	(2.259)	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(4)	(3)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	(574)	(71)	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	-	-	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	(1.565)	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.314)	(4.314)	(4.314)	(4.314)
Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	(1.867)	(2.825)	(1.867)	(2.825)
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	(1.600)	-	(1.810)	(2.772)
Total	(10.599)	(10.981)	(10.250)	(9.913)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas a acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos				
Honorários de diretoria (Conselheiros)			(6.507)	(5.832)
Participação nos lucros			(2.796)	(2.513)
Total			(9.303)	(8.345)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 20 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 10.183, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

25. Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Transporte de cargas - cobertura variável, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado.
- (b) Com a criação da *joint venture*, citada na nota explicativa 2 item i, se fez necessária a alteração da cobertura da apólice de armazenagem de mercadorias. Essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada no montante equivalente a US\$50.000.
- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raios, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura corporativa de R\$59.900.
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$63.000.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

26. Compromissos com arrendamento operacional

Política contábil: Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. A Companhia e suas Controladas não possuem contratos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os pagamentos totais mínimos de arrendamento considerando os arrendamentos operacionais, em 31 de dezembro de 2018, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações brutas de arrendamento operacional - Pagamentos mínimos de arrendamento				
Até 12 meses			18.939	34.380
De 13 a 60 meses			31.691	41.853
Acima de 60 meses			3.453	3.453
Total			54.083	79.686

27. Informação suplementar do fluxo de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aquisição de imobilizado 2				